

J. Freitas



PROPOSTA Delcídio (à esquerda, ao lado de Mozarildo) apresenta relatório em que sugere demarcação descontínua da reserva Raposa/Serra do Sol

Comissão propõe novo critério para demarcar reserva em RR

A demarcação descontínua da reserva Raposa/Serra do Sol foi proposta ontem por comissão externa do Senado que investi-

ga a questão fundiária. O relatório aprovado sugere deixar de fora da reserva estradas, cidade, vilas e propriedades produtivas.

Página 6

Gerardo Almgela



Dom Tomás apresenta um retrato da violência no campo ao depor na CPI da Terra

Assassinatos no campo chegam a 1.349 desde 85, afirma CPT

“Quem vai pagar por tanto sangue derramado?”, questiona o presidente da CPT na CPI da Terra.

Página 7

J. Freitas



PROVIDÊNCIAS Com as liminares apresentadas por Pitta (D), Antero discute recursos judiciais contra as decisões do Supremo

Liminar impede depoimento de Pitta à CPI do Banestado

Página 4

Senado aprova MP que cria 2.793 cargos

Depois de quase quatro horas de discussão, 22 discursos contra e cinco a favor, o Plenário aprovou projeto de conversão de medida provisória que, além de criar cargos, reestrutura a Casa Civil. Hoje, deve ser votada a MP da Cofins

Página 3



Roosevelt Pinheiro

ESFORÇO Os senadores discutiram, no Plenário, por quase quatro horas, a MP que reestrutura a Casa Civil

CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Crédito garantido pode ter prioridade sobre impostos na falência

Os créditos com garantia real podem ter preferência sobre os créditos tributários nos processos de falência de empresas. A medida está prevista em mudança

no Código Tributário aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. A votação da nova Lei de Falências foi transferida para a próxima semana.

Página 8

Em debate, cartel na telefonia

As denúncias de formação de cartel na telefonia fixa devem ser discutidas em audiência pública por três comissões do Senado: a de Assuntos Econômicos (CAE), a de Educação (CE) e a de Fiscalização e Controle (CFC).

Página 8



BENEFÍCIOS Ações vão gerar desenvolvimento do setor agrário do estado, diz Valadares

Valadares elogia apoio a pequenos agricultores de Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou ações implementadas pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, em visita a Sergipe, na última semana. O ministro anunciou “benefícios para os produtores rurais e também para os agricultores sem terra sergipanos, que irão redundar no desenvolvimento do setor agrário do estado”, disse ontem o senador.

Valadares afirmou que, em São José das Quebradas, Rosseto distribuiu recursos para a aquisição de terra. Já em Simão Dias, vários prefeitos receberam cheques simbólicos do ministro para o atendimento à agricultura familiar.

Em Aracaju, o secretário-executivo do ministério, Humberto Oliveira, assinou atos que atendem às prefeituras municipais em projetos na área de piscicultura. Segundo o senador, mais de R\$ 3 milhões serão aplicados na agricultura familiar em Sergipe. Acrescentou que, em 15 dias, Rosseto estará novamente no estado, com medidas de apoio a pequenos agricultores.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário do Senado realiza sessão deliberativa às 11h

O presidente do Senado, José Sarney, convocou sessão extraordinária para hoje, às 11h, a fim de dar prosseguimento à votação das três propostas originadas de medidas provisórias que ainda trancam a pauta da Casa. O primeiro item a ser

analisado é o projeto de lei de conversão que define novas alíquotas para o PIS/Pasep e a Cofins (PLV 23/04). Sarney recebe hoje, às 12h30, o vice-presidente de Relações Governamentais da IBM Corporation, David Barnes.

Comissões examinam mudança na lei de incentivo à cultura



A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática realizam reunião conjunta hoje, às 10h, para discutir projeto (PLS 263/02) que muda a Lei Rouanet, reestruturando, por faixa de faturamento, o abatimento de doações e patrocínios à cultura. Participam do encontro, entre outros, o presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, e a atriz Giulia Gam.

Patrus Ananias discute segurança alimentar e trabalho infantil

O Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 10h. O ministro



fala sobre as ações e projetos implementados pela pasta, especificamente os Programas de Segurança Alimentar e de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Proposta regulamenta número de vereadores por municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute hoje, às 10h, proposta que regulamenta o número de vereadores por município (PEC 7/92). O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, o ministro aposen-

tado do STF José Carlos Moreira Alves e o ministro aposentado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato Jardim participam do encontro. Na segunda parte da reunião, os senadores votam projeto que cria farmácias populares (PLC 30/03).

Venda da Embratel em debate na CFC

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota hoje, a partir das 11h30, requerimento solicitando audiência pública para discutir denúncias de que operadoras de telefonia estariam fazendo um acordo para a compra da Embratel. Deve ser convidado o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Ziller.



Denúncias de ex-chefe do FBI

O ex-chefe do escritório brasileiro do FBI Carlos Alberto Costa participa de reunião conjunta das Comissões Mista de Inteligência e de Relações Exteriores hoje, às 9h30. Ele fala sobre denúncias de ingerência do governo norte-americano nos serviços de inteligência do Brasil.

Audiência com Meirelles

Amanhã, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa de audiência pública nas Comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e Mista de Orçamento (CMO), às 10h. Ele faz uma avaliação dos objetivos e metas das políticas monetária, cambial e de crédito.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DENÚNCIA Mão Santa: “Criam dificuldades para ganharem propina vendendo facilidades”

Ibama prejudica criadores de camarão, afirma Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou ontem documento da Associação dos Criadores de Camarão do Piauí que acusa de insensatez os gestores governamentais do meio ambiente na questão do licenciamento da atividade. “Geram muito pouco e ingerem demasiado, de maneira equivocada, travestidos de defensores da pátria. Não passam de lesapátria, incapazes de produzir soluções”, denuncia a associação no documento lido pelo senador.

Para Mão Santa, é um absurdo o criador de camarão ser obrigado a viajar a Brasília para encaminhar pedido de licenciamento, sendo que há uma filial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Piauí. “Criam dificuldades para depois ganharem propina vendendo facilidades”, afirmou, ressaltando que, para ele, o PT no Ministério do Meio Ambiente está levando o povo à miséria.

– Já dizia o maior de todos os ambientalistas, o professor Lutzenberg: “A questão ambiental número um é acabar com a miséria humana”. E também dizia meu professor de cirurgia: “A ignorância é audaciosa”. Vejo uns meninos do PT, analfabetos de pai e mãe, querendo decidir o rumo dos transgênicos. O PT de pouco estudo e nenhum saber é um partido de desempregados que pegaram todas as boquinhas no governo e emperraram o país. Estamos atolados no “paradão” do PT – acrescentou.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) aproveitou para, em aparte, cobrar da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ação mais efetiva para revitalizar o Rio São Francisco.

Senado pode decidir hoje sobre mudança na Cofins

O presidente do Senado, José Sarney, convocou para as 11h de hoje sessão extraordinária com o objetivo de votar o projeto de conversão da medida provisória (MP) que modifica a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A deliberação teve início formal na sessão de ontem, mas não prosseguiu a pedido do relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele pediu mais tempo para apresentar o que chamou de "relatório de mérito".

Como se trata de matéria complexa e altamente técnica, com impacto sobre vários e importantes setores da economia, os senadores precisaram de mais um dia para examinar as mudanças que vêm sendo negociadas pelo Senado com o governo e representantes empresariais.

As alterações visam corrigir distorções criadas pelo fim da cumulatividade (cobrança em cascata) da Cofins e do PIS-Pasep, que entrou em vigor no dia 1º de fevereiro, com aumento da alíquota de 3,75% para 7,6%. A elevação da carga tributária para o setor de serviços e para os setores industriais de cadeia produtiva curta ou uma só fase (monofásicos) gerou muitas

reclamações. Para resolver o problema, o governo baixou a MP 164/04, transformada no projeto de lei de conversão (PLV) 21/04, que recebeu 127 emendas.

Pontos positivos

De acordo com o líder do governo na Casa, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos pontos mais positivos do projeto foi a manutenção em 3,75% da alíquota da Cofins para hospitais, clínicas médicas, laboratórios de análises clínicas e clínicas odontológicas. Para a importação de insumos e reagentes usados em exames, a alíquota foi reduzida a zero. Outros setores beneficiados pela alíquota zero são o hortigranjeiro e os que lidam com embriões e material genético.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou o tratamento compensatório dado às cooperativas agropecuárias. Elas manterão a alíquota de 7,6%, mas serão dispensadas do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Tourinho também considerou importante a redução de dez para quatro anos do prazo de utilização de crédito tributário decorrente de compra de bens de capital.

Ideli alerta para prejuízos se lei não for votada a tempo

Se as mudanças na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não entrarem em vigor até o dia 1º de maio, serão inviabilizados os acordos feitos entre o governo e os líderes partidários no Senado para abrandar os efeitos do fim da cumulatividade do tributo sobre os empreendimentos com cadeia produtiva curta. O alerta partiu da líder do PT na Casa, Ideli Salvatti (SC), que apelou pela aprovação imediata do projeto de lei de conversão (PLV 21/04) oferecido à medida provisória da Cofins (MP 164/04).

Após a aprovação pelo Senado, Ideli disse apostar na deliberação rápida da Câmara, que possibilitaria a sanção presidencial e a edição dos decretos regulamentadores dentro do prazo previsto. Se esse processo não for concluído nessa semana, nenhum dos acordos negociados teria efeito "prático e concreto", advertiu.



CORRIDA Ideli acredita que Senado e Câmara poderão aprovar PLV no prazo previsto

Ao discorrer sobre a negociação em torno da Cofins, Ideli destacou a busca de entendimento para atenuar os prejuízos dos setores com cadeia produtiva curta. Segundo reconheceu, o fim da cumulatividade do tributo resultaria no aumento da carga tributária desse segmento, sendo necessário, portanto, alterar sua alíquota e estender o prazo para a medida entrar em vigor.



DECISÃO Projeto de conversão foi aprovado depois que o PMDB anunciou apoio à matéria

Aprovada a criação de cargos comissionados

■ Editada em janeiro, MP institui a Secretaria de Coordenação Política e o Ministério do Desenvolvimento Social

Depois de quase quatro horas de discussão, com 22 pronunciamentos contra e cinco a favor, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória (MP) que reestrutura a Casa Civil da Presidência da República e cria 2.793 cargos comissionados no Executivo, de livre nomeação dos ministros. A MP enfrentou obstrução da oposição por 21 dias e só foi votada depois que o PMDB anunciou apoio à matéria.

O projeto, que agora vai à sanção, foi aprovado com apenas três votos de vantagem – 36 contra 33. Votaram contra o

PSDB, o PFL e o PDT, além de seis peemedebistas e um da base do governo – Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS), João Batista Motta (PMDB-ES), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Papaléo Paes (PMDB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). A oposição ainda tentou aprovar uma emenda em destaque para impedir que sejam debitadas na folha de pagamento dos órgãos públicos as contribuições de filiados ao PT, mas foi derrotada.

As críticas à MP 163/04, que está em vigor desde 23 de janeiro, questionavam a livre contratação dos comissionados (sem concurso) e o gasto do governo com pessoal de assessoria num momento de contenção de despesas. José Jorge (PFL-PE) resumiu em uma frase o receio dos opositores: "Eles vão contratar

só gente filiada ao PT, que cobra um percentual do salário para o partido".

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), sustentou que a oposição estava exagerando e que 1.472 dos contratados terão de necessariamente pertencer aos quadros do funcionalismo federal. O senador acusou o governo passado de ter contratado cerca de 160 mil pessoas de forma terceirizada, o que vem sendo questionado pelo Tribunal de Contas da União.

O relator-revisor, Delcídio Amaral (PT-MS), ressaltou que a medida provisória dividiu a Casa Civil da Presidência da República, criando também a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. E transformou o Ministério da Assistência Social em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Oposicionistas criticam contratações

Por várias horas, a tribuna do Plenário foi ocupada apenas por senadores que fizeram pesadas críticas à Medida Provisória 163/04, antes que o líder do governo, Aloizio Mercadante, fizesse a sua defesa. "A máquina pública está sucateada e o governo precisa desses cargos, especialmente na área do Itamaraty, no Ministério do Desenvolvimento Social e na fiscalização e auditoria", sustentou o líder governista. Ele informou que mais de mil contratados devem trabalhar com fisca-

lização e auditorias.

Os oposicionistas, como o líder do PFL, José Agripino (RN), sustentaram que, "se o governo estivesse produzindo e investindo", teria prazer em votar a medida provisória. Ele afirmou que os brasileiros "não conseguem entender" um governo "que contrata livremente quase 3 mil pessoas, com bons salários, quando o desemprego afeta milhões de pais de família". "É o trem da alegria do PT", emendou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

– Essa é uma criação de cargos estapafúrdia. Não bastasse o aumento do desemprego, o governo está ainda aumentando impostos. O governo ainda quer que os senadores votem a toque de caixa a medida provisória que aumenta a Cofins – lastimou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O líder do governo, Aloizio Mercadante, pouco depois, respondeu: "Quem aumentou a carga tributária do país de 26% do PIB para 36% foi o governo passado".

Liminares impedem argüição de Pitta

■ Ex-prefeito de São Paulo recorre ao STF e conquista o direito de não ser interrogado na CPI do Banestado

O esperado depoimento do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, marcado para ontem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, não ocorreu. Pitta se apresentou ao colegiado munido de duas liminares concedidas pelo ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que praticamente impediram que senadores e deputados o argüissem. O ex-prefeito é acusado de transferência ilegal de dinheiro ao exterior, desviado de obras públicas quando governava a capital paulista, e de manutenção de contas secretas em paraísos fiscais, que podem chegar, de acordo com informações de autoridades norte-americanas, a R\$ 3 milhões.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), após acolher sugestão da



RECURSO Presidente do colegiado, Antero (E) suspende a sessão e aciona assessoria para recorrer da decisão do STF

líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), endossada pela maioria dos membros do colegiado, suspendeu a sessão e determinou que a assessoria da CPI desse início a ações legais para recorrer da decisão do STF.

Liminares

A primeira liminar concedida pelo STF permitiu a Pitta o direito de não assinar, como exige o regimento interno das CPIs, o termo de compromisso de dizer, ao longo do depoimento, somente a verdade, bem como o direito de não ser preso e a prerrogativa de per-

manecer calado diante de indagações que poderiam incriminá-lo. A autora do requerimento que convocou o ex-prefeito, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), chegou a pedir a Pitta que assinasse o termo de compromisso, porque, do contrário, ele mesmo reforçaria a tese de que era culpado das acusações de evasão de divisas. O pedido foi negado.

A segunda liminar, considerada como "a mais absurda" pelos parlamentares, abria espaço para que o ex-prefeito fosse interrogado pelos membros

da CPI, em sessão pública, desde que as perguntas a ele dirigidas não contivessem, direta ou indiretamente, reprodução, alusão ou até comentários sobre seu sigilo bancário, fiscal ou telefônico.

Prejuízo

Na avaliação dos parlamentares, as liminares praticamente colocaram uma pá de cal na principal função do colegiado, que era a de interrogar o depoente. A decisão judicial permitia, entretanto, que Pitta respondesse a indagações em sessão reservada, composta somente pelos titulares do colegiado. Mas a realização da sessão reservada ficaria prejudicada, conforme observaram os parlamentares, uma vez que a primeira liminar permitia que Pitta não assinasse o termo de compromisso de que diria a verdade, podendo até deixar de responder às indagações.

O relator, deputado José Mentor (PT-SP), considerou um direito constitucional de Pitta recorrer ao STF, mas entendeu que a segunda liminar chegou a "extrapol" os ditames legais.

Osmar Dias recebe entidades do setor de audiovisual

O senador Osmar Dias (PDT-PR) recebeu ontem, como presidente da Comissão de Educação (CE), conselheiros da União Brasileira de Vídeo (UBV) e o vice-presidente da norte-americana Motion Picture Association (MPA). As duas entidades se colocaram à disposição do colegiado para a discussão de assuntos relativos à situação do setor de audiovisual no Brasil.

Os representantes solicitaram a elaboração de leis mais eficientes de proteção ao mercado. Segundo o conselheiro da UBV, Wilson Feitosa, devido à pirataria, o setor deixa de empregar 15 mil pessoas no país.

Para Osmar Dias, a comissão pode ajudar a construir um aparato legal que permita fiscalização e combate mais efetivo à pirataria.



RIGOR Comissão de Educação pode ajudar no combate à pirataria, afirma Osmar Dias



"FOME DE LIVRO" Presidente de Senado recebe Sena Madureira, editor da Girafa Editora

Sarney sugere a editor lançamento de coleção de livros baratos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem Pedro Paulo de Sena Madureira, editor há 38 anos e sócio da recém-fundada Girafa Editora, cujo lema preceitua "cabeça nas nuvens – pés no chão". Sarney sugeriu ao editor a publicação de uma coleção intitulada "Fome de Livro", para o lançamento de livros baratos. A idéia foi prontamente aceita.

À saída da audiência, o editor informou que a coleção "Fome de Livro" será inaugurada com o lançamento de *Saraminda*, o último romance de José Sarney, sobre a saga de uma mestiça do Norte do país, que resume as fantasias masculinas do Brasil.

Na conversa com o presidente do Senado, foi também acertado que o próximo lançamento da Girafa Editora serão os dois volumes de *Crônicas do Brasil Contemporâneo*, de autoria de Sarney. Conforme Sena Madureira, a obra será lançada em maio.

Mozarildo defende subsídio a linhas aéreas regionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo à Câmara dos Deputados para que aprove projeto de lei de sua autoria que cria um adicional tarifário para subsidiar linhas aéreas regionais, com o coeficiente de 1% sobre o valor das passagens vendidas pelas linhas aéreas domésticas regulares. A proposta (PL 7.199/02), argumentou o senador, contribuiria para o aperfeiçoamento do tráfego aéreo nacional, especialmente o regional.

Mozarildo lembrou que embora o Brasil tenha cerca de 5.500 municípios, apenas 116 cidades são atendidas pela aviação comercial. Para aumentar o número de cidades beneficiadas com o transporte aéreo, frisou o senador, é preciso criar mecanismos eficientes de estímulo à aviação de pequeno porte.

O senador destacou a importância do adicional tarifário para as empresas de pequeno porte que servem regiões de difícil acesso, como a região amazônica, e os benefícios sociais e econômicos que o crescimento do tráfego aéreo proporcionaria a essas regiões.

Mozarildo recordou ainda que um adicional tarifário de 3% sobre as passagens das linhas aéreas domésticas foi criado em 1975, para suplementação das linhas aéreas regionais. Este adicional passou a ser contestado em 2000, com o fim da classificação das empresas em nacionais e regionais, e alguns juízes concederam às empresas liminares contra o seu pagamento. Embora o adicional continuasse a ser cobrado, em 2001 o percentual caiu de 3% para 1%.

Congresso aprova crédito de R\$ 20 mi para a Fiocruz

O Congresso Nacional aprovou ontem crédito especial de R\$ 20 milhões para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, destinado à produção de medicamentos para programas de saúde pública. O relator da matéria, aprovada anteriormente pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), foi o deputado Jorge Bittar (PT-RJ).

Foram aprovadas ainda na sessão do Congresso a criação de três comissões parlamentares mistas de inquérito (CPMI) que aguardam agora designação de seus membros. As CPMIs destinam-se a investigar a crise econômica da Parmalat; a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na desautorização da compra da fábrica de chocolates Garoto pela multinacional Nestlé.

O Congresso Nacional aprovou também correções na Lei Orçamentária para 2004, na parte que estima e fixa as despesas da União para este ano. Foram corrigidos, por exemplo, erros de totalização de valores em colunas de receitas constantes da execução de 2001, de 2002 e de 2004. Foi aprovado ainda o nome do ex-senador gaúcho José Fogaça para atuar no Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Parlamento.

Ministra debate Estatuto da Igualdade Racial

Para obter informações sobre a posição do governo em relação ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento de Ney Suassuna (PMDB-PB) para que seja ouvida a ministra Matilde Ribeiro, titular da Secretaria Especial para Política de Promoção da Igualdade Racial.

Apesar de o senador César Borges (PFL-BA), relator do projeto, ter considerado dispensável a audiência, pois a CAE só analisará a proposta sob a ótica econômica e a decisão terminativa será da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o autor do requerimento explicou que sua intenção não é adiar a votação do estatuto.

– O assunto é polêmico. Estão aí o sistema de cotas nas universidades e a demarcação de terras para os quilombolas. Gostaria de ouvir não só a ministra, mas o ministro da Educação e os reitores para, por exemplo, avaliar corretamente como está funcionando o sistema de cotas – justificou Suassuna.

O presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), recomendou que as outras audiências sejam realizadas nas comissões pertinentes.



ALERTA José Jorge lembra “ruína política” dos que votaram contra as Diretas Já!

José Jorge adverte governistas sobre “voz das ruas”

Advertindo para “conseqüências políticas desagradáveis”, o senador José Jorge (PFL-PE) cobrou ontem dos parlamentares governistas maior sintonia com o que chamou de “voz das ruas”. O parlamentar lembrou “a ruína política” dos que votaram contra a proposta de emenda

da constitucional das Diretas Já!, em 1984. Na época, José Jorge era do partido governista, o PDS, mas votou a favor das diretas.

Conforme José Jorge, dos deputados que votaram contra a emenda apresentada pelo então deputado Dante de Olivei-

ra, apenas três continuam com mandato parlamentar. Ele disse acreditar que o mesmo pode acontecer com os deputados e senadores da base governista que hoje votam contra idéias que sempre defenderam e que teriam inspiração popular.

– Em 1984, pertencia ao par-

tido do governo e fui chamado junto com outros companheiros para uma dura conversa no Planalto com o presidente João Figueiredo. Chegamos a ser ameaçados, mas não recuamos. E embora tenhamos perdido a votação, saímos de cabeça erguida – relatou.

Jefferson cobra exame dos vetos presidenciais

O senador Jefferson Péres (AM), líder do PDT, protestou contra o que qualificou de “omissão do Congresso”, pelo fato de não estar apreciando os vetos que o presidente da República faz em projetos de lei. Pela Constituição, os parlamentares têm de se reunir para analisar os vetos: ou concordam ou rejeitam, sem a possibilidade de mudança de texto.

– Há quase quatro anos o Congresso não se reúne para examinar os vetos, e eles já somam 179. Não bastasse o governo usurpar o poder do Congresso e passar a legislar por medidas provisórias, vemos agora os congressistas deixando de opinar sobre os vetos. É inconcebível o Congresso abdicar dessa função – sustentou.

Jefferson sugeriu ao presidente do Congresso, senador José Sarney, que “constranja os líderes dos partidos”, convocando reuniões semanais conjuntas da Câmara e do Senado para votação dos vetos.

– Se os líderes não conseguirem mobilizar seus parlamentares para que dêem quórum às sessões, o ônus recairá sobre eles, e não sobre o presidente do Congresso – observou.

Em resposta, Sarney afirmou que vai seguir a sugestão, acrescentado que pedirá aos líderes que coloquem seus parlamentares nas sessões conjuntas.



DECISÃO Segundo Jefferson Péres, há quatro anos Congresso não analisa os vetos

Cristovam pede a Lula que resgate esperança de 2002

■ Senador diz que modelo de desenvolvimento precisa ser baseado no fim da desigualdade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa resgatar a esperança que o elegeu e definir o legado que seu governo pretende deixar, apelou, ontem, o senador Cristovam Buarque (PT-DF), em discurso no Plenário. Eleito em 2002, Cristovam foi ministro da Educação do governo Lula até o início do ano, quando reassumiu o mandato.

– Lula precisa ficar na história como aquele que mudou a lógica como definimos desenvolvimento, como enfrentamos nossos problemas, como escolhemos nossas prioridades. A história já mostrou que o crescimento econômico não constrói justiça, não elimina pobre-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

INCLUSÃO Nenhum brasileiro deve ser excluído do acesso a bens essenciais, afirma Cristovam

za, não melhora educação ou saúde pública – afirmou.

Na opinião de Cristovam, Lula deve redefinir o modelo de desenvolvimento, para possibilitar o combate às desigualdades.

– Ele (o presidente) precisa trazer a mentalidade de que nenhum filho do Brasil pode ser

excluído do acesso aos bens e serviços essenciais e abolir a lógica da aceitação da moderna forma de escravidão chamada exclusão social.

O senador afirmou que, nos cem dias de mandato na Casa, foi tomado por perplexidade diante da situação do país e dos rumos do governo.

Para Cristovam, a situação pode ser mudada se Lula usar “sua sensibilidade social e seu instinto para ouvir vozes diferentes, avessas à bajulação”. O parlamentar defendeu um amplo diálogo do Palácio do Planalto com a oposição. E fez um apelo à sociedade para que tenha início um movimento pelo fim da pobreza no Brasil.

Em apartes, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Valmir Amaral (PMDB-DF) ressaltaram a capacidade de Cristovam de apontar os melhores caminhos ao governo, divergindo sempre que considera necessário.

Eduardo diz que exemplo de Roosevelt deveria ser seguido

Os primeiros cem dias do presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt deveriam servir de exemplo para os 500 dias que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva está completando, afirmou ontem o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

De acordo com o senador, Roosevelt, que encontrou a economia do país em sua maior crise, conseguiu dar uma injeção de ânimo no povo norte-americano e foi o responsável pela recuperação ao propor, logo após a Grande Depressão, um novo pacto para o desenvolvimento. Algumas falas de Roosevelt seriam excelente tema de reflexão para o presidente Lula, recomendou.

Ao lembrar as preocupações do estadista americano, Eduardo afirmou que Roosevelt conseguiu incorporar no serviço público a confiança nas políticas públicas. “Hoje o que se vê é o presidente Lula reclamando da máquina pública”, comparou o senador, citando a colunista Dora Kramer, do *Jornal do Brasil*.

– Pasmem, o próprio presidente da República reclama da máquina do governo. Se o presidente chega a se preocupar com a lentidão da administração pública, imagine o que pensam os demais brasileiros.

Eduardo disse que Lula deveria manter mais contatos com os parlamentares para debater temas que interessam à nação.



ENTENDIMENTO Eduardo sugere mais contato do chefe do governo com os parlamentares

Segundo o senador, o presidente brasileiro precisa seguir também o exemplo de Fernando Henrique Cardoso, que procurava conversar com lideranças partidárias no café da manhã.

Em apartes, os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM) comentaram o pronunciamento.



ACUSAÇÃO Virgílio leu noticiário da imprensa com denúncia feita pelo médico Francisco Daniel

Virgílio: Dirceu e Carvalho devem processar irmão de prefeito

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ontem que o ministro José Dirceu e o secretário particular do presidente da República, Gilberto Carvalho, deveriam processar o médico Francisco Daniel, irmão do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, assassinado em 2002. O parlamentar fez a afirmação após ler notícia de *O Estado de S. Paulo*, em que o médico acusa Carvalho de ter dito, dias após a morte do prefeito, que era incumbido de levar dinheiro de propina para o então presidente do PT, José Dirceu.

Carvalho foi chefe de gabinete da prefeitura de Santo André e chefiou o gabinete da Coligação Lula Presidente, em que cuidava da agenda do candidato.

– Fiquei chocado com a acusação. Acredito que os acusados tenham ficado indignados. Admito até o exagero na defesa da honra, mas não admito a omissão. Estou imaginando que os senhores Gilberto Carvalho e José Dirceu já devem ter constituído advogado e estejam processando o irmão do prefeito Celso Daniel. Fora disso, seria uma brutal decepção. Não é possível ouvir algo desse porte e não tomar uma atitude. Se não fizerem nada, vou me juntar aos que fazem o coro de que algo pior está sendo escondido – disse o senador.

Raposa/Serra do Sol pode ser descontínua

■ Comissão do Senado propõe que faixa de fronteira e sede de município fiquem fora da reserva indígena

A comissão externa que investiga questões fundiárias no Brasil aprovou ontem relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) indicando a demarcação descontínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Delcídio quer que sejam deixadas de fora da reserva estradas, a sede do município do Uiramutã, vilas, o Parque Nacional de Monte Roraima, linhas elétricas, propriedades economicamente produtivas e uma faixa de 15 quilômetros em torno da fronteira entre Guiana e Venezuela.

O relatório tem o objetivo de indicar ao governo a posição do Congresso, uma vez que a decisão sobre como demarcar depende apenas do Executivo. A terra Raposa/Serra do Sol fica ao norte do Roraima, na fronteira com Guiana e Venezuela e, se demarcada, terá extensão próxima à de Portugal. A criação da área indígena é polêmica e o ponto de maior disputa



POSIÇÃO Na presença de lideranças indígenas, relatório de Delcídio Amaral (foto menor) foi aprovado pelos senadores da comissão

vada lei determinando que esse tipo de decisão passe a ser corroborado pelo Senado, como acontece, por exemplo, com indicações de embaixadores.

– Assim, o Senado terá a palavra final nas demarcações – disse Delcídio.

O relatório também determina que o Poder Executivo ouça o Conselho de Defesa Nacional – órgão de consulta do presi-

dente da República para assuntos ligados à soberania – sobre demarcações na fronteira. E estabelece ainda que seja criada uma lei regulamentando o uso da faixa de fronteira.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o relatório reflete consenso parlamentar e representa uma decisão de bom senso. Para ele, seria um risco muito grande ha-

ver se a região será demarcada de modo contínuo ou não.

Atualmente, a demarcação de terras indígenas é feita por homologação do presidente da República. Delcídio aconselhou no relatório que seja apro-

De acordo com Mozarildo, a comissão – que realizou audiências em Roraima, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, mas que ainda passará por Rondônia e Mato Grosso nas próximas semanas – sugeriu que seja regulamentado o artigo 20 da Constituição, que trata da faixa de fronteira, e que seja aprovada proposta de emenda constitucional dando competência ao Senado Federal para

aprovar ou não novas áreas indígenas. Ele quer ainda que uma lei federal trate do processo demarcatório.

O senador listou algumas decisões específicas da comissão referentes à área indígena Raposa/Serra do Sol, em seu estado. A comissão defendeu a convocação do Conselho de Defesa Nacional para opinar sobre o uso das faixas de fronteira, além de permitir o livre

trânsito nas vias que cortam a reserva.

Mozarildo afirmou que essas exclusões representarão uma diminuição de 300 mil hectares na reserva, que manterá 1,4 milhão de hectares. Segundo ele, a terra Raposa/Serra do Sol poderá tornar-se, em curto prazo, uma nova reserva Roosevelt (RO), na qual foram assassinados 29 garimpeiros pelos índios cintas-largas, que lá moram.

Fotos: J. Freitas

ver um enclave de índios aculturados na região da fronteira sem a presença do Estado. “Eventuais narcotraficantes ficariam blindados à ação do Estado”, alertou. Jefferson pediu, em entrevista após a reunião da comissão, a demissão do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes. Segundo o senador, Mércio se desqualificou para ocupar cargo público quando tentou justificar o assassinato de garimpeiros por índios em Roraima.

Na avaliação do senador Augusto Botelho (PDT-RR), o relatório contemplou o sentimento de quem vive na área, já que é impossível atender a todos. Augusto pediu mudanças na política indigenista.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que a comissão procurou agir com isenção, ouvindo todos os envolvidos e interessados na questão. Mozarildo informou que a Câmara discutiria ontem relatório semelhante produzido por comissão equivalente daquela Casa. A comissão externa do Senado visitará os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Santa Catarina.

Para Mozarildo, Senado deve decidir sobre demarcações

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) anunciou ontem em Plenário alguns resultados parciais da comissão externa temporária que examina as demarcações de terras indígenas, por ele presidida. Entre as decisões de âmbito nacional, a comissão recomendou que o Conselho de Defesa Nacional sempre seja ouvido antes de demarcação de reservas indígenas em áreas de fronteira.

De acordo com Mozarildo, a comissão – que realizou audiências em Roraima, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, mas que ainda passará por Rondônia e Mato Grosso nas próximas semanas – sugeriu que seja regulamentado o artigo 20 da Constituição, que trata da faixa de fronteira, e que seja aprovada proposta de emenda constitucional dando competência ao Senado Federal para

aprovar ou não novas áreas indígenas. Ele quer ainda que uma lei federal trate do processo demarcatório.

O senador listou algumas decisões específicas da comissão referentes à área indígena Raposa/Serra do Sol, em seu estado. A comissão defendeu a convocação do Conselho de Defesa Nacional para opinar sobre o uso das faixas de fronteira, além de permitir o livre

trânsito nas vias que cortam a reserva.

Mozarildo afirmou que essas exclusões representarão uma diminuição de 300 mil hectares na reserva, que manterá 1,4 milhão de hectares. Segundo ele, a terra Raposa/Serra do Sol poderá tornar-se, em curto prazo, uma nova reserva Roosevelt (RO), na qual foram assassinados 29 garimpeiros pelos índios cintas-largas, que lá moram.



ADVERTÊNCIA Mozarildo diz que Roraima poderá ser palco de conflito como o de Rondônia



ESCLARECIMENTOS Jefferson Péres (D) afirma que reuniões serão agendadas com ministros

Subcomissão da Amazônia quer ouvir Marina e Ciro

A Subcomissão Permanente da Amazônia, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), aprovou ontem dois requerimentos de convite à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Um deles é de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o outro de Sibá Machado (PT-AC), que também pede audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Virgílio quer explicações sobre o

desmatamento da floresta amazônica e sobre a possível extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. Já Sibá Machado espera que os ministros prestem informações a respeito do Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia (PAS). O presidente da subcomissão, Jefferson Péres (PDT-AM), anunciou que as datas das reuniões serão agendadas com os ministros.

Roosevelt Finheiro

Célio Azevedo

Dom Tomás Balduino fala à CPI da Terra e denuncia mortes no campo

Presidente da CPT critica lentidão da Justiça no julgamento de crimes contra agricultores

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino, informou que, no período de 1985 a 2003, 1.349 pessoas foram assassinadas no campo, em 1.003 ocorrências. Desse total, destacou, apenas 75 casos foram julgados, o que implicou a condenação de 15 mandantes e a absolvição de seis. Entre os executores dos crimes, 64 foram condenados e 44 absolvidos. Somente no ano passado, acrescentou, o número de assassinatos chegou a 73. O bispo depôs ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, que está traçando um diagnóstico da estrutura fundiária do país.

– Quem é o responsável? Quem vai pagar por tanto san-



Genaldino Magalhães

AUDIÊNCIA Presidente da CPI, Alvaro Dias (E) ouve depoimento de dom Tomás

gue derramado, por tanta violência? O aumento considerável de assassinatos no primeiro ano do governo Lula mostra bem que, quando o Executivo não reprime os movimentos sociais, como é costume em nosso país, o poder privado do latifúndio se encarrega de fazê-lo – afirmou dom Tomás.

Na avaliação do presidente da CPT, outra forma de violência que é cometida contra os

trabalhadores rurais é exercida pelo próprio Judiciário. Ele citou vários casos para embasar sua teoria de que existe uma flagrante diferença no tratamento dispensado pela Justiça aos trabalhadores e aos fazendeiros. Dom Tomás Balduino informou que, em 2003, foram registrados cumprimentos de mandados de reintegração de posse que atingiram 35.292 famílias, enquanto a lentidão predomina nos julgamentos de homicídios praticados contra agricultores.

Ao expressar sua preocupação com o trabalho escravo que ainda atinge o Brasil, dom Tomás elogiou a atuação do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho. Ele disse que, desde que foi criado, em 1995, o grupo conseguiu liberar 10.790 pessoas encontradas

em condições de trabalho escravo. O bispo também declarou que, do ano 2000 para cá, cresceu o número de trabalhadores libertados. Por outro lado, comentou, a denúncia de que parlamentares estariam envolvidos na exploração de mão-de-obra em condições análogas ao trabalho escravo pode estar impedindo a aprovação do projeto que prevê o confisco das terras onde se flagra trabalho escravo.

– Em face da convivência do Legislativo, da parcialidade do Judiciário e da inoperância do Executivo na realização da reforma agrária para valer, eu me encho de admiração pela perigosa marcha dos sem-terra em busca da “terra prometida” para trabalhar. Não são bandidos, nem criminosos postos à execução por uma mídia mentirosa. São verdadeiros construtores da justiça social no campo. Foram os impulsores anônimos do pouco de reforma agrária existente neste país – defendeu dom Tomás Balduino.



José Cruz

RENDA Mínimo é o principal instrumento para reativar o mercado interno, diz Paim

Paim defende salário mínimo equivalente a US\$ 100

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que há condições para que o salário mínimo chegue a pelo menos US\$ 100 no próximo reajuste, que deverá ser anunciado pelo presidente da República para vigorar a partir de maio. O aumento salarial foi uma das propostas defendidas por Paim como solução para a queda crescente da renda do brasileiro. Ele apresentou a sugestão ontem, na abertura do seminário “Desemprego e Renda – Diagnósticos e Perspectivas”, realizado no Senado Federal.

Participaram do evento o economista Márcio Pochmann, secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo; o sociólogo José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP); e o economista Jorge Arbache, especialista da Universidade de Brasília (UnB), entre outros.

Paim argumentou que o salário mínimo é o principal instrumento para reativar o mercado interno. Na sua opinião, a elevação para o patamar de US\$ 100 não trará prejuízos para a Previdência Social e não prejudicará as prefeituras. O aumento, disse ele, citando estudos do professor da Unicamp, vai beneficiar prefeituras do interior do Nordeste, onde se concentra a grande maioria de aposentados e pensionistas.

O senador disse ter recebido também documento de prefeitos do Rio Grande do Sul solicitando esforços para aprovação de salário mínimo de R\$ 300, como estabelece projeto de sua autoria. Paulo Paim também afirmou que o superávit de R\$ 31 bilhões na Seguridade Social é suficiente para cobrir o impacto com o salário mínimo que ele defende.

Ministra do STF deve explicar recurso de desapropriação

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, que está realizando diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, convidará a ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie para esclarecer denúncia feita pelo presidente da CPT, dom Tomás Balduino. Segundo o bispo, no julgamento de um recurso de desapropriação de terras, a ministra teria beneficiado a prima do seu ex-marido, esposa do proprietário das terras.

Na próxima semana, informou o presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), serão ouvidos os pesquisadores participantes de um estudo que comprovou os benefícios sociais e econômicos propiciados pela reforma agrária. Durante dois anos, 83 especialistas, entre professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assistentes, pesquisadores, assessoria estatística e pessoal de apoio, recolheram informações sobre os impactos da reforma agrária

em seis regiões do país.

O estudo foi tema de reportagem publicada pela revista *Carta Capital* desta semana. Foram convidados para falar aos membros da CPI os coordenadores do trabalho: Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão. No mesmo dia, também será ouvido o advogado e doutor em Direito Econômico José Cândido, que, em artigos publicados na imprensa, vem combatendo os princípios da reforma agrária, como o de que

a pequena e média propriedades seriam esteios para uma agricultura forte.

Diligências

Entre os dias 11 e 13 do próximo mês, a CPI deverá realizar audiências públicas e visitas no estado de Pernambuco. Serão confirmadas as datas das viagens que a comissão fará aos estados do Pará e do Rio Grande do Sul. No dia 25 de maio, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, será ouvido pelos deputados e senadores da CPI.

Para Ana Júlia, impunidade aumenta violência no campo

Durante a reunião da CPI da Terra com o presidente da CPT, dom Tomás Balduino, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), analisando os números sobre a violência apresentados pelo bispo, disse que a impunidade contribui decisivamente para o crescimento da violência no campo. Ela também criticou o modelo de reforma agrária implantado no governo Fernando Henrique Cardoso. A senadora

elogiou o plano de reforma agrária do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Já o senador Eduardo Suplicy perguntou ao presidente da CPT sobre os encontros dos quais participou com o presidente Lula e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Dom Tomás Balduino comentou que, a partir da marcha que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra



Roosevelt Fimbreiro

ERRO Ana Júlia critica modelo de reforma agrária do governo Fernando Henrique

fez a Brasília, o governo federal e a sociedade ficaram convencidos da necessidade da ampliação da reforma agrária. O bis-

po lembrou que foi a partir daí que nasceu o Plano Nacional de Reforma Agrária incorporado pelo governo Lula.

O relator da CPI da Terra, deputado João Alfredo (PT-CE), questionou dom Tomás se o “Abril Vermelho” do MST teria condições de desestabilizar o governo e também se o bispo concordava com os que dizem que o Brasil está passando por um momento de instabilidade. Ele respondeu que a pressão dos trabalhadores é legítima e representa a única forma que os sem-terra têm de ver a reforma agrária sair do papel.

CAE aceita mudanças no Código Tributário Nacional

■ Comissão dá nova ordem de prioridade para créditos nas falências: trabalhistas, garantidos e tributários

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem mudança no Código Tributário Nacional (CTN) que concede aos créditos com garantia real preferência sobre os créditos tributários, nos processos de falência das empresas. A legislação atual coloca os créditos com garantia real – que são normalmente os créditos devidos a bancos – em terceiro lugar, atrás dos trabalhistas e dos tributários, quando da liquidação de empresas falidas.

Com a mudança, a ordem de recebimento nos processos de falência passa ser a seguinte: primeiro, os créditos trabalhistas (salários dos empregados); depois, os bancários; por fim, os tributários (impostos, contribuições e taxas).

A proposta é de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e permitirá que se faça a mesma alteração na Lei de Falências, cuja reformulação vem sendo discutida na CAE. A emenda da senadora por Goiás foi acolhida integralmente pelo relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e será agora submetida à Comissão de Consti-



REFORMULAÇÃO Emenda de Lúcia Vânia se estenderá à nova lei de recuperação judicial

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foram apresentadas nove emendas à proposta, das quais o relator aceitou apenas três. Além da que posiciona os créditos tributários em terceiro lugar na ordem de preferência nos processos falimentares, Ramez Tebet acolheu emenda do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O relator explicou que o CTN trata da prescrição de débito fiscal, considerando assim procedente a alteração proposta, pela qual isso ocorrerá mediante despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

Tebet disse que também acolheu parcialmente outra emenda de Suassuna, que propõe o retorno do parágrafo único do artigo 185 do CTN, conforme o texto da Câmara. Esse disposi-

tivo prevê a indisponibilidade de bens e direitos dos devedores que, quando citados, não pagarem ou não apresentarem bens à penhora no prazo legal, ou não forem encontrados bens para esse fim. Tebet decidiu rever o seu substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 70/03) que altera dispositivos do Código Tributário Nacional para evitar a possibilidade de fraude na recuperação extrajudicial.

O senador explicou que modificou a redação para impossibilitar a transferência fictícia a “laranjas” de empresas que seriam beneficiados com a exclusão da sucessão tributária dentro dos seus planos de recuperação extrajudicial.

Essa brecha legal não existe na falência e na recuperação judicial, em que, segundo o senador, a figura do juiz é muito presente em todo o processo. Ele lembrou que, na recuperação extrajudicial, a participação do juiz restringe-se à homologação do plano negociado entre a empresa devedora e seus credores.

Tebet deixou claro o uso dos meios de comunicação eletrônica pelo juiz para que ele possa abreviar o cumprimento de suas determinações para o bloqueio de bens do devedor. A Justiça, segundo o senador, tem empregado com êxito esse instrumento.



LEITURA Tebet oferece parecer a cada uma das 49 emendas apresentadas

que confere prioridade ao pagamento dos créditos com garantia real em relação aos créditos tributários.

Na visão do senador, o governo mostrou boa vontade quando concordou em deixar o pagamento dos créditos tributários em terceiro lugar na ordem de preferência.



SUSPEITA Suplicy (ao lado de Ana Júlia) afirma que documentos apreendidos levantaram questões que precisam ser esclarecidas

Comissões do Senado discutem cartel de teles

As denúncias de formação de cartel na telefonia fixa devem ser discutidas em audiência por três comissões do Senado: a de Assuntos Econômicos (CAE), a de Educação (CE) e a de Fiscalização e Controle (CFC). Na aprovação do seu requerimento na CAE, assinado em conjunto com a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que os documentos apreendidos na sede da Telefônica, em São Paulo, com a menção de elevar no futuro as tarifas da Embratel “pelo teto”, levantaram informações novas que precisam ser esclarecidas.

O senador lembrou em seu requerimento que a Telefônica integra com a Brasil Telecom e a Telemar um dos dois consórcios que disputam a aquisição do controle acionário da Em-

bratel, que está sendo vendida pela norte-americana WorldCom. O outro consórcio é liderado pela empresa mexicana Telmex.

Eduardo Suplicy informou também que encaminhará à CAE resposta do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao seu pedido de informações sobre a negociação das três concessionárias para adquirir a Embratel.

A resposta elaborada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE) explica que já foi instaurada averiguação preliminar em relação ao consórcio formado pelas três companhias telefônicas. Mas que a Secretaria de Direito Econômico (SDE) ainda aguarda esclarecimentos, o que a impede de se manifestar sobre a licitude do consórcio.

Educação convida presidente da Anatel

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem seis requerimentos apresentados pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG) que buscam esclarecer o processo de venda da Embratel. O senador quer que sejam convidados à audiência de amanhã o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Jaime Ziller; o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas; e o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg.

O objetivo de Hélio Costa é esclarecer notícia publicada no último dia 25 pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre documentação apreendida na sede da empresa Telefônica, indicando que as três gigantes da telefonia no país (Telefônica, Brasil Telecom e Telemar) vão contro-



RIGOR Hélio Costa suspeita que as três empresas planejam formar cartel de telefonia fixa

lar a Embratel. Para o senador, as informações “são no mínimo surpreendentes”.

– Isso indica que as três empresas formarão um cartel, fato que deverá ser objeto de rigorosa investigação pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e pelo Cade – argumentou o senador Hélio Costa.

Nova Lei de Falências será votada na próxima semana

Depois de uma reunião prolongada, com mais de três horas de duração, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram adiar para a próxima terça-feira a votação do substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto de lei da Câmara (PLC 71/03) que muda a legislação que disciplina as falências de empresas, com a substituição da concordata pela recuperação judicial e instituição da recuperação extrajudicial.

O relator apresentou parecer sobre cada uma das 49 emendas que foram propostas ao seu

substitutivo. Ele enfatizou que a prioridade para os créditos trabalhistas está garantida e explicou que rejeitou as mudanças que eliminavam o limite para o pagamento desses direitos, fixado em 150 salários mínimos (R\$ 36 mil). Tebet argumentou que, depois de ter ouvido as centrais sindicais, formou a convicção de que o limite era necessário para evitar que dirigentes com altos salários disputassem os recursos com a grande maioria dos trabalhadores.

Tebet informou que acatou a modificação proposta pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma